



Aticismo como princípio civilizador e construtor de uma idéia de um Maranhão na formação do império brasileiro no século XIX

José Henrique de Paula Borralho*

Índice

Introdução; 1. A construção da Athenas brasileira; 2. Existiu uma Athenas?

Palavras chave

Athenas brasileira, identidade nacional, literatura, política, Grupo maranhense

Introdução

A edição de n.40 da revista *História Viva*, de fevereiro de 2007, ano IV (revista de história voltada para um público não acadêmico), traz na capa *o touro farnese*; detalhe de uma cópia romana da escultura helênica ocupando quase toda a extensão da capa. A escultura em mármore branco é de um jovem guerreiro segurando com a mão direita o chifre e com a esquerda a boca e a narina do animal. Ao lado de outros títulos e de forma destacada há a seguinte apresentação desta edição: «Magna Grécia: o esplendor da Itália helênica. A refinada tradição cultural que instruiu a civilização romana e inspirou o Renascimento».

Logo no editorial, com o título *Somos todos gregos*, assinado pelo editor assistente Frank de Oliveira, o tom e o teor da reportagem sinalizaria a posição da revista acerca das influências e contribuições da cultura grega para a formação do mundo ocidental, corroboradas por afirmações do tipo: «se o Ocidente nasceu e, em essência, permaneceu grego, isso se deve em grande parte à profunda helenização de Roma, operação que teve por teatro fundamental justamente a Magna Grécia» (p.42).

As vinte e duas páginas dedicadas ao tema reforçam o lugar comum quando se trata da importância da Grécia como civilização instituinte dos alicerces da cultura ocidental, lastreada pela função emblemática de dois grandes movimentos sociais europeus: o Renascimento e o Iluminismo, ambos legitimadores da suposta guinada e alavancada da civilização européia em relação às que lhe eram paralelas, parafraseando Jean Delumeau (1994). E, contrariamente ao que afirma a Revista, não foi a tradição cultural grega que

* Universidade estadual do Maranhão, Uema, Brasil.



inspirou o Renascimento e suas derivações, e sim os renascentistas que buscaram nas culturas greco-romanas um contraponto à hegemonia cultural teológica cristã católica medieval.

A matéria da revista está na contramão do livro do historiador Martin Bernal, *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*, publicado em 1987. No volume 1, que trata da expansão da cultura europeia para outros continentes, a partir de movimentos como as Revoluções industrial e francesa, período abordado por ele entre 1785-1850, o autor questiona o que é clássico numa civilização.

A bem da verdade, por que uma civilização se torna clássica?

Sem mencionar argumentos de autores como, por exemplo, Ítalo Calvino e sua obra *Por que ler um clássico* (1993), Bernal direciona seu olhar sobre o caráter racista, de fundo ariano, acerca das circunstâncias que teriam levado a Grécia a ser exemplo, modelo, referência, pilar da constituição do mundo ocidental¹, e como o silêncio acerca das culturas afro-asiáticas foi uma opção consciente e meticulosa enquanto estratégia para a fomentação da superioridade racial sobre as demais civilizações.

As influências afro-asiáticas foram sistematicamente ignoradas, afirma Bernal. Este tipo de atitude legou ao esquecimento as contribuições que tais culturas deram à formação grega, dentre elas, a semítica e egípcia em amplo espectro, direcionando apenas a influência dos povos do norte sobre esta civilização.

Sem adentrar nas filigranas da obra, citando questões que atestam as influências afro-asiáticas sobre a formação grega a partir da linguística e arqueologia, a obra de Martin Bernal ao lado de autores que tratam da cultura ocidental como Jean Delumeau (1994), Jean-Pierre Vernant (2002), Hannah Arendt (2002), Marcos Del Roio (1998), entre outros, cerra fileira no cômputo geral da visão de civilização apontando o caráter preconceituoso e, conseqüentemente, desenhando como, ao longo da construção da cognominada modernidade, forjou-se a fusão greco-romana como esteio e arquétipo de um tipo de vivência e sociabilidade padrão e hegemônico no mundo do ocidente.

Este artigo não tem a intenção de adentrar no debate de como e por que Grécia e Roma se tornaram referências para a formação do mundo ocidental. Muito longe disso. O propósito é entender e indagar como no período imperial brasileiro, parcelas da sociedade que habitavam a cidade de São Luís de então decidiram se autocognominar herdeiros da civilização grega, ao tal ponto de assumirem que o Maranhão, então província, era a Atenas brasileira, ou seja, possuía os mesmos ou parecidos marcos conceituais para o Brasil que a Grécia tinha para o Ocidente.

Tampouco este artigo tem a intenção de comparar a Grécia clássica com o Maranhão imperial, apontando contradições e diferenças. Isso seria, na minha ótica, um equívoco, pois, ao apontar as dessemelhanças entre estas duas culturas, tomaria a primeira como princípio inquestionável e dogmático, sem lançar críticas de como, ao longo da

¹ Sobre a trajetória de como o mundo ocidental optou pelo “milagre grego”, ver: Arendt (2002), Cartledge (2002), Jaeger (2001), Pugliesi (2003), Rocha (1982), Snel (2002), Vernant (2002). A partir destes e de outros autores, discuto a questão do legado grego sobre as noções de mito, história, memória, formação do mundo ocidental, modernidade, Borralho (2005).



formação do cognominado mundo ocidental, mais precisamente no momento de sua gestão, a modernidade – período de aquiescência, construção e consolidação de uma Europa enquanto civilização referente – foi moldada por movimentos como os equivocados conceitos de Renascimento e Iluminismo. O “resgate” renascentista da cultura greco-romana foi um dos principais elementos de ilação entre o período helenístico e o que seria no futuro cognominado enquanto Europa. O Renascimento construiu uma idéia de ocidente e da Europa como catalisadora deste princípio.

Os maranhenses e aqueles que participaram da ereção do epíteto da Athenas brasileira têm em comum com os forjadores da civilização ocidental o caráter racista e preconceituoso, pois tal como na Grécia clássica, escravista, em que culturas como as afro-asiáticas tiveram papel predominante na sua formação e ainda assim foram sistematicamente negligenciadas, no Maranhão, imerso na escravidão, a fundação de uma província com características específicas, dotada de figuras “geniais”, privilegiou aspectos europeizantes em detrimento dos africanos e indígenas. Esta escolha foi consciente.

1. A construção da Athenas brasileira

Em uma ilha a 2º grau do Equador, em uma sociedade ensimesmada, entrópica, envolta numa guerra civil de proporções como a Balaiada (1838-1841), ao longo do período imperial, algumas lideranças intelectuais e políticas encontraram no referencial grego uma “resposta” ao caos provocado por essa guerra², ao mesmo tempo em que costuraram uma articulação política entre o emergente estado imperial brasileiro e a recém-formada província do Maranhão, outrora Estado de vastas dimensões territoriais.

A Athenas brasileira, além do seu caráter racista e preconceituoso, é também uma “resposta”, tal como foi o Renascimento para as sociedades que eram paralelas à Europa, ante o “isolamento” geográfico, cultural, político do Maranhão, mas, sobretudo dos habitantes da ilha de São Luís. O Maranhão, tal como sua capital, é quase também uma ilha, exceto pela ramificação da Serra do Gurupi.

O comportamento insular de alguns habitantes da São Luís oitocentista é coadunado, por um lado, pela auto-referenciação de seus costumes, das práticas cotidianas de moradores que, olhando por sobre a baía de São Marcos, enxergavam um horizonte distante da velha Europa e de outros centros do Brasil como o Rio de Janeiro; por outro lado, pela busca incessante de ligação desse mesmo horizonte com a Europa e com outros centros do Brasil.

Esse suposto “isolamento” da corte tornava o Maranhão mais próximo a Portugal que ao restante do império. O “isolamento”, no entanto, era mais discursivo que objetivo, uma vez que, se analisarmos a quantidade de navios que entravam e saíam do porto de São Luís, o número de maranhenses que estudaram em universidades européias e a

² A guerra dos bem-te-vis é uma expressão utilizada por Matthias Röhrig Assunção, um dos maiores estudiosos e especialistas sobre a Balaiada em *A guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na memória oral*, 2008.



própria dinâmica da economia agroexportadora, veremos que de fato nunca foi empecilho nem geográfico, nem político, muito menos cultural. Mas foi um recurso discursivo para alguns habitantes da capital, ora reivindicarem mais proximidade econômica e cultural com a antiga metrópole, criticando o centralismo político e econômico da corte, ora para legitimar que nessa distante ilha forjou-se uma experiência social tão esplendorosa quanto a Grécia clássica, por isso, constituía-se enquanto arquétipo para o restante do império.

Isto implica dizer que esse distanciamento circundado pelas águas do Maranhão possuía uma dupla face: era utilizado enquanto entropia para referendar o espaço vivencial dos ludovicenses (moradores de São Luís) orgulhosos por seu passado lusófilo, sua posição estratégica mais próxima de Lisboa que o restante do Brasil, seu passado colonial e, o quanto tal entropia havia criado mecanismos civilizatórios que o restante da nação não havia sido capaz de emular. As mesmas águas que afastavam São Luís do restante do mundo eram as mesmas que serviam de ligação. A entropia de alguns moradores de São Luís havia possibilitado a criação de uma sociedade com características insulares, ou seja, a linha do horizonte era ao mesmo tempo defesa/proteção ao que acontecia em outros lugares solidificando hábitos locais assim como alimentava a possibilidade de transpô-la. O único problema é que poucos moradores poderiam descobrir, através das viagens, o que havia atrás dessa linha. Os que a cruzavam e desembarcavam em outros portos, quando retornavam, alimentavam o desiderato daqueles que nunca haviam rompido as dimensões insulares de São Luís e da quase “ilha-Maranhão” (até meados do século XIX São Luís era conhecida como “ilha do Maranhão”). Mas nem todos almejavam viajar para a Europa ou outros lugares. Por isso mesmo a Athenas Brasileira era aspiração de poucos.

O distanciamento com o Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a aproximação com Portugal, proveu uma relação de pertencimento estreito de alguns maranhenses com a metrópole emoldurando um passado de fortes vínculos. Tal passado mudou de grau de intensidade, de inflexão e referência. Logo no pós-independência, foi uma arma contra os novos rumos políticos por que passava a nação, momento de indefinição, cuja “segurança” do antigo império servia como entificação de um padrão civilizatório, portanto, político e social; porém, à medida que o império brasileiro ia se consolidando, esse passado lusitano foi sendo ressignificado, encapsulando a herança linguística e cultural de Portugal como argumento justificador de que, exatamente por possuir tal passado e herança portuguesa, o Maranhão estava apto não só a participar do império brasileiro, leia-se formação da nação, como em alguns aspectos a dar o tom dos elementos constitutivos balizadores de uma nação, como política, literatura, jornalismo.

Nesse aspecto o Maranhão não destoa do restante do império no que tange à questão da identidade. Segundo Gladys Ribeiro (2002: 21) «a identidade nacional foi sendo elaborada durante os primeiros anos do império, quando se foi definindo “o que era ser brasileiro” em oposição ao “ser português”, ainda que sejam necessários estudos amíudes de como tal processo se deu nas diversas províncias brasileiras».

No caso do Maranhão, este artigo tem como premissa a indicação de que a Athenas foi a forma como os maranhenses participaram do jogo da construção identitária



nacional sem que necessariamente a herança cultural de Portugal fosse relegada. Nesse âmbito, no difuso processo de construção do que era ser brasileiro em terras maranhenses, o passado lusitano foi rechaçado quando interessou a comerciantes, funcionários públicos e demais setores eliminarem suas dívidas, ocuparem cargos e disputarem espaços de poder, para depois ser recomposto enquanto simbolização dos ícones de uma grande nação, incluindo as características que poderiam fazer do Brasil páreo ante as nações vizinhas do continente. Ou seja, a educação coimbrã, os estudos causídicos da formação jurídica, a constituição linguística portuguesa, a religião católica, a economia mercantil, haviam constituído bases para a estruturação de uma nação que por suas condições, já nascera gigante pela própria natureza. Portanto, a recomposição não é resgate, é transfiguração, adaptação, remodelação, reestruturação, ressignificação do que interessava, quando interessava e para quem interessava.

Por se tratar de interesses, falo de pessoas por trás deles. A Athenas, como mencionado no texto, não foi criação de única mente, não possuiu um único mentor, e sim uma aspiração de frações de classes conforme mudava o jogo político no Brasil e no Maranhão. Tais figuras ocuparam espaços de legitimação social, estâncias de poder e decisão, quer na estrutura administrativa da província, quer na imprensa, na educação formal enquanto educadores, quer na literatura.

Tais figuras fizeram da Athenas brasileira um projeto de construção de uma cultura oficial e, enquanto intelectuais, organizaram a forma como as estâncias sociais legitimadoras interpretavam a sociedade, posicionavam os indivíduos, controlavam o aparato burocrático do estado, didatizavam o passado, construíam o futuro, conduziam o presente. Não havia, no entanto, hegemonia dentro dessas frações de classes, pois cada grupo possuía interesses específicos dentro da construção do estado burocrático da província e como a província poderia se articular dentro da formação burocrática imperial. Por isso o argumento central se refere «a uma fundação do Maranhão no império brasileiro». Não é que o Maranhão passasse a existir a partir do século XIX, mas como esse novo Maranhão dentro do império brasileiro poderia ser interpretado e traduzido.

Esses intelectuais organizaram uma parte da cultura maranhense no sentido gramsciano do termo, ou seja, quando esses atores sociais, ocupando «função essencial no mundo da produção econômica, de forma orgânica, criaram consciência da própria função» (Gramsci, 1985: 3). Funções exercidas na estrutura administrativa do aparato burocrático como presidentes de província, secretários de estado da província, juizes, fiscais de higiene pública, professores, no legislativo central, provincial e local, como senadores, deputados e vereadores, enquanto liberais autônomos como advogados, tipógrafos, redatores, jornalistas.

Importante frisar que esses atores sociais, exercendo ou não a função de intelectuais, uma vez que, segundo Gramsci (1985: 7), «todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais», transitavam pelas mesmas instâncias, formavam pequenos grupos, decidiam entre si e repartiam a condição de intérpretes, condutores da sociedade maranhense. Dependendo das situações e conforme o pêndulo da correlação de forças do jogo político na corte e na província, não havia repartição, havia disputa, guerra, velada e aberta, justa e desleal, com requintes de



“civildade” e “barbárie” ao mesmo tempo. Tudo em nome da melhor condução possível da província, incluindo nomes, instituições, partidos, situações e circunstâncias em que tais atores sociais se manifestam enquanto intérpretes, administradores, chefes políticos, arautos do saber.

A visibilidade desses atores estava lastreada pela construção de biografias, ou seja, era necessário fazer conhecer como os organizadores da cultura oficial maranhense deveriam ser emblematizados enquanto pessoas insígnies, já que carregavam a missão da construção da vida pública. Constituía aquilo que Regina Abreu (1996: 43) cognominou enquanto «homens-semióforos», «estabelecendo uma distância entre eles e os outros, rodeando-se de objetos-semióforos e deles fazendo alarde». Essa distância foi construída através da linguagem literária, jornalística e, sobretudo, biográfica. «Os semióforos são, portanto, pontes entre o mundo visível e o mundo invisível, são suportes materiais de ideias, desempenham a função de intermediários entre os espectadores e o mundo invisível de que falam os mitos, os contos e as histórias», segundo Regina Abreu (1996: 43). A Atenas brasileira era um mito³ constituído a partir de homens-semióforos, portanto, também mitos.

Neste âmbito importa ressaltar debates e questões como nação, raça, religião, imprensa, e, sobretudo, literatura, destacando o papel do romantismo como corrente literária com peso significativo na construção dos sentidos da identidade nacional.

³ Em artigo *Tempo, história e contra-história* (Borralho, 2005: 109), discutindo o legado grego acerca das noções de história, memória, mito, modernidade, e as consequências disto para a formação do mundo ocidental, afirmo, por exemplo, que o mito não pode ser entendido somente como esfera mágica, fantástica, fantasmagórica, pois é histórico, ordenado. A lenda etiológica (mito) era um estudo das origens das coisas, embora não fosse um presente *continuum*, possuía um sentido pragmático desenvolvendo uma consciência histórica na esperança de que a lembrança os livrasse da mortalidade, do esquecimento e as glórias dos antepassados dessem legitimidade aos seus descendentes. Heródoto, por exemplo, embora tivesse se esforçado em distanciar-se das narrativas homéricas, abrindo caminho para uma história empírica ao não acreditar na intervenção divina, não narrar um passado lendário, criticava os chefes políticos por agirem sob motivações privadas assemelhando-se aos heróis de Homero, ainda assim, enquadrava-se dentro da tradição dos contos e de uma estilística influenciada por este último, uma vez que a *Ilíada* corroborou para o despertar do que era “ser helênico”, posto que o pan-helenismo não se baseava unicamente nas instituições políticas, mas, sobretudo nas festas comuns, no culto ao oráculo de Delfos e na língua, segundo Snell (2002). Ou seja, o despertar de uma consciência historicizante fincada na racionalidade filosófica, opôs mito e história considerando o primeiro como fantasmagoria que deveria ser abandonada em detrimento de uma investigação científica consubstanciada em uma epistemologia nascente. A compreensão de que o mito é “irreal”, “fantasioso”, além de obnubilar uma compreensão sobre seu papel enquanto elo de sociabilidades, elemento gregário, semióforo, cria ideologicamente um referente de que a história científica e somente ela pode desvendar a câmara escura do passado humano. Para um grego pré-socrático, a oposição entre mito e história não fazia qualquer sentido. O mito era a própria explicação de sua vida e ele foi porta de entrada do conhecimento acerca do mundo. O ordenamento do passado humano em etapas organizadas, cronológicas, evolutivas, ordenadas e progressistas tem sido uma característica das interpretações da história. A Atenas brasileira é neste aspecto um mito, pois, ainda que não atemporal, já que todos demarcavam o surgimento do Grupo maranhense (1832-1864) como marco fundante do epíteto, não se discutia o porquê do surgimento de tantos gênios. Além disso, a Atenas Brasileira criou um sentido de organização social, uma explicação sobre o passado do Maranhão, fundou uma etologia, um *ethos* das coisas do Maranhão, estabeleceu o passado enquanto patrimônio.



A identidade maranhense atravessou o exercício das biografias na construção de homens-semióforos, com atenção específica para Antonio Henriques Leal. O referido biógrafo é autor de *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*, publicados em dois tomos, quatro volumes, entre 1873-1875.

Antonio Henriques Leal, filiado ao partido liberal, constituiu-se enquanto intelectual orgânico no sentido gramsciano no termo. Segundo Gramsci (1985: 14), «para alguns grupos sociais, o partido político não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos». Isso se aplica bem à figura de Henriques Leal e à forma como ele narrou o *Pantheon* repleto de figuras correligionárias do seu partido.

Ainda que tenha usado a expressão Athenas brasileira uma única vez quando biografou a vida de Odorico Mendes, ao perfilar a vida de ilustres maranhenses ressaltando suas atividades, quer na administração pública da corte e da província, quer no jornalismo, exército, literatura, educação, judiciário e demais áreas, simbolizou para os demais moradores da província, para os adversários conservadores e para o resto da nação, como os liberais maranhenses estavam dando suas parcelas de contribuição para a ereção da grande nação. Esta é uma das funções da biografia: apresentar-se como «um documento histórico destinado as gerações futuras, um depoimento verídico», segundo Regina Abreu (1996: 71). Ao biografar determinadas figuras e colocá-las no panteão da imortalidade, Antonio Henriques Leal construía um tipo de memória sobre o passado desses maranhenses atrelados ao passado da nação brasileira.

A construção da Athenas brasileira centrou-se na figura de quatro grandes pilares da literatura brasileira: Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, Gonçalves Dias e João Lisboa. A intenção foi evidenciar que, mesmo alardeando ser o Maranhão um celeiro de grandes poetas, intelectuais, oradores, jornalistas, matemáticos, físicos, via de regra, a sustentação do epíteto ateniense estava baseado em “cinco” figuras constituidoras da “pentarquia maranhense de quatro notáveis”, exatamente Manuel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, Joaquim Gomes de Sousa, João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias. Chamo de “pentarquia de quatro notáveis”, pois ao longo do século XIX a evocação da Athenas ressalta a figura destes cinco, com menor ênfase para o matemático e físico Gomes de Sousa, além do fato de que em boa parte o espaço das letras ocupou posição bem mais vantajosa que as ciências exatas, fazendo de Gomes de Sousa muitas vezes uma voz isolada. Seu ponto de inflexão e intercessão não eram as letras e a forma como estas didatizavam e traduziam os grandes debates nacionais, por isso, sempre que se ressalta a sua figura, destaca-se a sua capacidade individual de ter sido um grande estudioso dos números, ao contrário dos literatos, cujo ambiente cultural proporcionaria condições para a emulação da sensibilidade artística e social.

A figura de João Lisboa é emblemática. Mesmo sendo integrante da pentarquia de quatro notáveis, tomo Lisboa como iconoclasta da idéia da Athenas Brasileira, mesmo que os demais jamais tenham se sentido atenienses ou tenham reproduzido tal epíteto, porém, o silêncio ou omissão acerca dessa questão os colocou em posição diametralmente oposto à de Lisboa, que sempre fez questão de se posicionar, criticar a sociedade elitista de São Luís, os costumes, a moda, a fala, os hábitos, a religião, a arquitetura, a pobreza e, sobretudo, a política provinciana – ainda que ele tenha



pertencido a uma elite política, intelectual, sectário das causas liberais exaltadas, atrelado a famílias importantes e ricas, como a Franco de Sá, e apresente idiosincrasias na sua biografia política.

A posição de João Lisboa, sua postura ante a idéia, para ele bizarra da Athenas, o confronto do que poderia caracterizar uma suposta condição grega no Maranhão em pleno século XIX se choca com os dados oficiais sobre as condições estruturais da província no que tange à educação, teatro, tipografias, letramento, economia. A perspectiva dele era mostrar o quanto de alvissareiro foi se sentirem atenienses mesmo que as condições objetivas da cidade de São Luís evidenciassem o contrário.

Cabe um esclarecimento sobre isso. Não foi minha intenção “provar”, evidenciar que nunca existiu uma Athenas equinocial, afinal, em vários lugares outras sociedades constituíram para si epítetos, imagens, símbolos, representações, inclusive utilizando a acepção grega. Ao contrário, quero evidenciar por que parcelas da sociedade maranhense e mais precisamente da cidade de São Luís erigiram para si este semióforo. Ao tentar explicar porque querer ser Athenas, espero contribuir para uma hermenêutica da cultura maranhense, rica em diversidade, polissêmica, afro-descendente, indígena, negra, branca, racista, preconceituosa, excludente, includente ao mesmo tempo.

2. Existiu uma Athenas?

Sim, para aqueles que assim a consideravam e se consideravam. Desviando o foco sobre se existiu ou não uma Athenas em plenos trópicos no século XIX, tento apontar na perspectiva de por que assim frações de classe do Maranhão, colocando-se na condição de organizadores de toda a cultura maranhense, optaram conscientemente em selecionar e erigir determinadas representações em detrimento de outros segmentos sociais que, embora presentes do labor do dia-a-dia do sol tórrido do Maranhão, sempre foram negligenciados.

Falar da Athenas brasileira é falar de conflitos sociais, de disputas de memórias, de opções políticas e sociais, de instrumentação econômica por parte dos detentores do poder político, das desigualdades de uma nação que nascia pautada na exclusão, na exploração do trabalho escravo, nas inúmeras diferenças que forçosamente criaram élan de pertencimento a um grande projeto de nação controlado por elites econômica e política⁴. Ao editarem o

⁴ Quando tomo a acepção de elite política ou classe política não é nos termos propostos por Mosca ou Pareto que, segundo Gramsci, «não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de classe política de Mosca deve se avizinhar ao conceito de elite de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social» (1985: 4). Tanto Pareto quanto Mosca se apropriam de uma idéia de “solidariedade mecânica e orgânica” das classes sociais eliminando o conflito. Neste aspecto, a elite intelectual seria a representação organizada de uma elite política ocupando uma função de organização do espaço social dessa mesma elite numa sociedade sem confronto. Ao contrário, advogo que as elites intelectual e política do Maranhão, ao erigirem uma Athenas, optaram por uma formação de uma sociedade branca, instruída e refinada sustentada pelo trabalho escravo, excludente, preconceituosa e distante das diversidades sócio-culturais do Maranhão oitocentista.



epíteto ateniense não vislumbraram o mosaico compósito da diversidade sócio-cultural do Maranhão, encobriram segmentos sociais que ladeavam a reza do latim ao tambor-de-crioula, pratos “refinados” da Europa ao lado de vendeiros, quituteiras, pregoeiros que não escondiam outro Maranhão. Estavam porque sempre estiveram ali.

Referências bibliográficas

- Abreu Regina, *A fabricação do imortal. Memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, Lapa/Rocco, Rio de Janeiro, 1996.
- Assunção Matthias Röhring, *A guerra dos Bem-te-vis. A Balaiada na memória oral*, 2ª edição, Edufma, São Luís, 2008.
- Assunção Matthias Röhring, *Cabanos contra Bem-ti-vi: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1840)*, in Priore Mary e Gomes Flávio (orgs.), *Os senhores dos rios*, Elsevie, Rio de Janeiro, 2003.
- Assunção Matthias Röhring, *Miguel Bruce e os horrores da anarquia no Maranhão, 1822-1827*, in Istvan Jacksó (org), *Independência, história e historiografia*, Hucitec, São Paulo, 2005.
- Assunção Matthias Röhring, *Histórias do Balaio. Historiografia, memória oral e as origens da Balaiada*, «Revista Brasileira de História Oral», 1, 1998, pp.67-68.
- Arendt Hannah, *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva. 2002.
- Bernal Martin, *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*, Rutgers University Press, NC, 1987.
- Borralho José Henrique de Paula, *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luis do Maranhão*, Café e Lápis, Fapema, São Luis, 2011.
- Borralho José Henrique de Paula, *Uma Athenas equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no império brasileiro*, Edfunc, São Luis, 2010.
- Borralho José Henrique de Paula, *Tempo, história e contra-história*, «Ciências Humanas em Revista», III, 1, 2005
- Borralho José Henrique de Paula, *Tradições historiográficas no Maranhão*, «Outros Tempos», 1, 2004, www.outrostempos.uema.br
- Calvino Ítalo, *Por que ler os clássicos*, tradução de Nilson Moulin, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.
- Cartledge Paul (org), *História ilustrada da Grécia*, Ediouro, Rio de Janeiro, 2002.
- Delumeau Jean, *A civilização do Renascimento*, Estampa, Lisboa, 1994.
- Gramsci Antônio, *Os intelectuais e a organização da cultura*, tradução de Nelson Coutinho, Círculo do Livro, São Paulo, 1985.
- Jaeger Werner, *Paidéia. A formação do homem grego*, tradução Artur M. Parreira, 4ª ed., Martins Fontes, São Paulo, 2001.
- Leal Antonio Henriques, *Pantheon maranhense. Ensaio biográfico dos maranhenses ilustres já falecidos*, São Luis, 1873, Alhambra, tomo I, Rio de Janeiro, 1987.
- Leal Antonio Henriques, *Pantheon maranhense. Ensaio biográfico dos maranhenses ilustres já falecidos*, São Luis, 1875, Alhambra, tomo II, Rio de Janeiro, 1987.



- Pugliesi Márcio, *Mitologia greco-romana: Arquétipo dos deuses e heróis*, Editora Madras, São Paulo, 2003.
- Reis Sotero dos, *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, tomos I, II, III e IV, Tipografia Belarmino de Mattos, São Luís, 1866.
- Reis Sotero dos, *Postillas de grammática geral aplicada à língua portuguesa pela anályse dos clássicos*,
- Reis sotero dos, *Guia para a construção portuguesa*, 3ª edição, Tipografia Belarmino de Mattos, São Luís, 1870.
- Ribeiro Gladys Sabina, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro reinado*, Faperj, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.
- Rocha Filipe, *Teorias sobre a história*, Editorial Franciscana Montariol, Braga, 1982.
- Roio Marcos Del, *O império universal e seus antípodas. A ocidentalização do mundo*, Ícone, São Paulo, 1998.
- Santos Maria Januária Vilela dos, *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*, Ática, São Paulo, 1983.
- Schwarcz Lilia Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.
- Sevcenko Nicolau, *O Renascimento*, Atual, São Paulo, 1994.
- Silva Luis Antônio Vieira da, *História da independência da província do Maranhão, 1822-1828*, Companhia Editora Americana, Rio de Janeiro, 1972.
- Silveira Simão Estácio, *Relação sumária das cousas do Maranhão. Dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*, Siciliano, São Paulo, 2001.
- Snell Bruno, *A cultura grega e as origens do pensamento europeu*, Perspectiva, São Paulo, 2002.
- Vernant Jean-Pierre, *Entre mito e política*, Edusp, São Paulo, 2002.